



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001789-80.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**
 Embargante: **LAUCIR APARECIDO MARCIANO e outro**
 Embargado: **LEOPOLDO DE SOUZA RIBEIRO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

LAUCIR APARECIDO MARCIANO e sua mulher, ROSIMEIRE APARECIDA COELHO, opuseram embargos à execução que lhes move LEOPOLDO DE SOUZA RIBEIRO, alegando, em resumo, carência de ação, por já existir semelhante execução em curso perante outro Juízo, e limitação da incidência dos juros moratórios ao período posterior à citação.

O embargado refutou tais alegações, asseverando que não seu seguimento à execução em curso noutra Vara.

Manifestaram-se os embargantes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação de despejo proposta contra os inquilinos, ora embargantes, foi cumulada com a cobrança dos aluguéis então pendentes. Não houve inclusão dos fiadores na lide, o que inviabilizou a inclusão deles na etapa de cumprimento da sentença (v. Fls. 101). Optou então o locador pela propositura de execução contra todos, inquilinos e fiadores, tomando por base não mais a sentença condenatória proferida contra aqueles, mas o contrato de locação, o qual constitui título executivo extrajudicial contra todos. O documento de fls. 104 confirma que o embargante externou ao d. Juízo de Direito da 4ª Vara Cível local a desistência dos atos de execução correspondentes à r. Sentença proferida, de modo que não haverá duplicidade de atos de execução, muito menos pagamento em duplicidade, o que mais importa. Aliás, os embargantes não sofreram naqueles autos, até agora, medida constritiva alguma.

No mais, tratando-se os aluguéis de dívida com vencimento certo, o que também ocorre com os demais encargos da locação, não pagos a seu tempo, exatamente o IPTU contas de consumo de água e energia elétrica, os juros moratórios incidem desde a data dos respectivos vencimentos, a teor do artigo 397 do Código Civil.

Diante do exposto, **rejeito os embargos** e condeno os embargantes ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios do patrono do embargado, por equidade fixados em R\$ 1.000,00. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ressalvo a hipótese de extinção de ofício, do processo de execução, se por qualquer motivo inoportunizar a extinção do processo em curso perante a E. 4ª Vara Cível local, desistência já manifestada pelo embargado (fls. 104).

P.R.I.

São Carlos, 23 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**